

OS LIVROS DIDÁTICOS NA CAPITANIA DA BAHIA ENTRE AS REFORMAS POMBALINAS E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA (1759-1822)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar e analisar os livros didáticos que circularam na Capitania da Bahia, desde o início das reformas pombalinas na educação portuguesa (1759) até a eclosão da Guerra de Independência naquele território ultramarino. Entre a primeira remessa de compêndios didáticos para serem comercializados na Bahia (1760), por diligência do Diretor Geral dos Estudos, e o fim do controle de Portugal sobre o Brasil (1822), os manuais escolares foram pensados e produzidos como instrumentos políticos, usados para legimitar a manutenção da administração, da língua, da religião e dos costumes metropolitanos sobre a América portuguesa.

Palavras-chave: Marquês de Pombal. Livros didáticos. Typographia de Serva

TEXTBOOKS IN THE CAPTAINCY OF BAHIA BETWEEN THE POMBALINE REFORMS AND THE PROCESS OF INDEPENDENCE (1759-1822)

Abstract

The present study aims to identify and analyze the textbooks that were mentioned in the Captaincy of Bahia, from the beginning of the Pombaline reforms in Portuguese education (1759) until the outbreak of the War of Independence in that overseas territory. Between the first shipment of textbooks to be marketed in Bahia (1760), due to the diligence of the Director General for Studies, and the end of Portugal's control over Brazil (1822), school textbooks were designed and produced as political instruments, used to legitimize the maintenance of metropolitan administration, language, religion and customs over the Portuguese America.

Keywords: Marquis of Pombal; Textbooks; Typography of Serva

LIBROS DE ENSEÑANZA EN LA CAPITANIA DE BAHIA ENTRE REFORMAS DE POMBAL Y EL PROCESO DE INDEPENDENCIA (1759-1822)

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo identificar y analizar los libros de texto que se mencionaron en la Capitanía de Bahía, desde el comienzo de las reformas pombalinas en la educación portuguesa (1759) hasta el estallido de la Guerra de la Independencia en ese territorio extranjero. Entre el primer envío de libros de texto que se comercializará en Bahía (1760), debido a la diligencia del Director General de Estudios, y el final del control de Portugal sobre Brasil (1822), los libros de texto escolares fueron diseñados y producidos como instrumentos políticos, utilizados para legitimar el mantenimiento de la administración metropolitana, el idioma, la religión y las costumbres sobre la América portuguesa.

Palabras clave: Marqués de Pombal; libros didácticos; Tipografía Serva

O uso de livros didáticos na Capitania da Bahia remonta ao estabelecimento da Companhia de Jesus na América portuguesa, em 1549. Os jesuítas trouxeram para o Novo Mundo, nas sucessivas missões, uma significativa diversidade de livros, dentre os quais, encontravam-se compêndios utilizados para a educação de filhos dos colonos e crianças nos aldeamentos indígenas. Entre a segunda metade do século XVI e 1759, o Colégio da Bahia consolidou-se como o principal centro de inteligência da colônia, difundindo os ideais pedagógicos jesuíticos, fundamentados no pensamento de Aristóteles, por seu caráter filosófico e ético, associado à tradição cristã do tomismo, que possibilitava o diálogo entre razão e fé.

Ainda na segunda metade do século XVI, os compêndios para ensino da língua e dos rudimentos da catequese foram adaptados para a realidade colonial brasileira. É fruto daquele contexto a impressão da *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil*. Feita pelo padre Ioseph de Anchieta da Companhia de IESV (Coimbra, 1595), que já circulava manuscrita entre jesuítas desde pelo menos 1555. À gramática de Anchieta, seguiu-se a publicação da *Arte Brasileira* de Luis Figueira (Lisboa, c. 1628), escrita nas aldeias de Pernambuco por volta de 1620, mas também utilizadas nas missões do Maranhão ao longo do século XVII (Magalhães, 2011). Na Bahia, ainda na segunda metade do referido século foram redigidas duas gramáticas kiriri, que contemplavam as línguas dos povos indígenas dos sertões do Rio São Francisco, bem como uma gramática quimbundo, que teve como objetivo apreender as línguas dos povos angolanos escravizados.

Por 210 anos a Companhia de Jesus teve o monopólio do ensino na América portuguesa. Durou até 1759, ano em que ocorreu o desfecho da política de expulsar os jesuítas de Portugal e do Império português, chefiada pelo influente ministro de D. José I, Sebastião de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. Sob o ministério pombalino (1750-1777) foram estabelecidas, pelas disposições do Alvará de 28 de Junho de 1759, as Aulas Régias, em substituição às escolas e o modelo pedagógico dos jesuítas, determinando a Reforma dos Estudos Menores (correspondente ao ensino primário

e secundário). O mesmo documento decretou o fim do curso dos estudos das primeiras letras e das cadeiras de humanidades, substituindo-as pelas Aulas Régias, com cursos de latim, grego, filosofia e retórica.

No Brasil, em 1760 houve concurso para a admissão de professores régios, que em 1765 ainda não haviam sido nomeados. Somente em 1774 é que se efetivou e teve início as Aulas Régias, com o ensino e Filosofia Racional e Moral. Os professores estavam sob autoridade dos governadores das capitanias e ministravam as aulas em suas casas, aguardando o pagamento pelo governo, às vezes por anos. Naquele contexto das reformas educacionais, tanto quanto no Reino, os livros didáticos assumiram uma importância considerável. Os antigos compêndios dos jesuítas estavam proibidos de serem utilizados.

A publicação da obra de Luis Antonio Verney (1713-1792), *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746), ofereceu um modelo metodológico para reformular o ensino em Portugal e no Ultramar, já que acentuava a primazia do ensino de língua portuguesa como o fundamento para o ensino de latim, sendo que ambas coexistiam com as aulas de retórica. Além do livro de Verney, as *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760) de Antônio Ribeiro Sanches (1699-1783) tiveram grande influência na renovação do ensino em Portugal, sendo impressa praticamente em sincronia com a extinção da Companhia de Jesus e com a criação das Aulas Régias.

Naquele contexto os livros didáticos tornaram-se mais do que instrumentos pedagógicos, constituindo-se em elementos essenciais da política do Estado português. A impressão, por si, já revestia o conteúdo dos manuais em um paradigma inquestionável aos alunos. De acordo com Paula Alexandra Aguiar

O manual escolar é hoje como ontem um veículo de informação privilegiado, porque condensa num conjunto de páginas a matéria mais relevante sobre os conteúdos que se pretende transmitir. Muitas vezes, é o manual que estrutura e organiza a própria disciplina, funcionando como «reitor» do

comportamento e da postura a seguir pelo professor, em função do qual o mesmo organiza e planifica as aulas. No fundo, o manual funciona, por vezes, como o programa da disciplina em concreto. Ele é pois um guia para os alunos, mas também para o próprio professor. O manual escolar foi portador de um saber que não se discutia e jamais se colocava em causa, muito menos na presença do professor que, ao invés, era um continuador e um legitimador dos conteúdos constantes nos manuais. Tratava-se de um saber «conformista», que não visava o estímulo do espírito crítico dos alunos e muito menos permitia que esse saber pudesse ser colocado em causa (Pinto, 2009, p. 2).

De acordo com Alain Choppin, são quatro as funções do livro didático, sendo a primeira, de referencial, “que contém o plano de estudos ou interpretação do mesmo”; instrumental, “apresentando a metodologia de ensino, exercícios e atividades relacionadas com esse tema”; documental, que contém textos e documentos iconográficos cuja observação ou confrontação podem desenvolver o espírito crítico do estudante ” ; por último, ideológico e cultural, vetor da “língua, da cultura e dos valores das classes dominantes” (Choppin, 2004, p. 553; Munakata, 2012, p. 186). Os manuais didáticos, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, não são livros inocentes. Considerando a quarta função, o livro didático se converte em um instrumento, que serve para legitimar o domínio político.

Os jesuítas reconheciam isso, na medida em que controlavam a elaboração, produção e circulação dos seus compêndios escolares. O Marquês de Pombal e os seus partidários não apenas perceberam isso, como foram além dos jesuítas e do seu projeto pedagógico, legitimando os manuais escolares como instrumento de propagação dos projetos políticos do Estado português, desenvolvidos sob o seu ministério, obtendo um alcance muito mais amplo do que ordens e congregações religiosas puderam conseguir.

OS LIVROS DIDÁTICOS (1760-1811)

A política educacional do Ministério Pombalino se impôs de imediato na América portuguesa, particularmente nas suas três maiores cidades, Salvador, Rio de Janeiro e Recife, para onde foram despachados, em 1760, três caixas com os livros didáticos que deveriam ser utilizados nas Aulas Régias. As caixas foram remetidas para a Bahia, pelo Diretor Geral dos Estudos D. Thomaz de Miranda, ficando a cargo do desembargador Thomaz Roby de Barros Barreto, lotado no Tribunal da Relação da Bahia, remeter uma das caixas para Pernambuco e outra para o Rio de Janeiro. O carregamento de livros teve como objetivo iniciar a implantação do novo método pedagógico. Deveriam, portanto, logo ser disponibilizados à venda:

Manda-me V. Ex.^a na dita carta de Comissão, estabelecer nesta Cidade e mais terras pertencentes ao seu respectivo governo, o novo methodo que S. M. Fidelissima por sua incomparavel piedade e grandeza foy servido dirigir para o ensino da mocidade no Alvará e Instruccõens de 28 de julho de 1759, reformando, abolindo, cassando e prohibindo os antigos methodos, porque até gora (sic) se ensinava a grammatica latina, grega, Ebrayca e Rhetorica, em cuja execução, na mesma hora, em que receby as ordens de V. Ex.^a entrey na averiguação dos livros que tinham vindo, como indispensavelmente necessários para o dito novo estabelecimento e tendo a certeza de que as Artes do Padre Antonio Pereira e de Antonio Felix Mendes, não chegavam a 400 e que o primeiro tomo da Selecta não extendia o numero de 200 e os Dictionarios muito poucos, pareceo-me opportuno estabelecer o dito novo methodo tão somente nesta Cidade e Villa de Cachoeira, permittindo que nas mais terras deste governo se ensinasse pelo antigo, enquanto não chegavão os livros necessarios para o seu total estabelecimento e extinção do antigo.¹

As gramáticas latinas do oratoriano Antonio Pereira e de Antonio Felix Mendes predominavam naquele primeiro lote de livros, alcançando mais de três centenas de exemplares. Ambos os compêndios gramaticais estavam de acordo com o novo método de ensino. A quantidade de livros enviados era, contudo, insuficiente para atender a todos os estudantes e professores da Bahia, que então se estendia até o Rio São Francisco no seu limite Oeste e ao sul limitava-se com as capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo. Por causa da escassa quantidade de livros didáticos remetidos para a Bahia, o desembargador Barreto informou que apenas em Salvador e na vila e Cachoeira foi estabelecido o novo método de ensino outorgado pelo governo português. Isso deixava de fora todo o restante do Recôncavo, o baixo sul, o extremo sul, o litoral norte, Rio de Contas e a imensa comarca de Jacobina, inclusive os aldeamentos indígenas que ficaram a cargo dos jesuítas até serem expulsos do Brasil.

E assim foi nesta Cidade e Villa de Cachoeira estabelecidos o novo methodo e observadas inviolavelmente as admiráveis providencias de S. M. Fidelissima com notória acceitação e geral contentamento de todos os seus vassallos, supposto que atendendo eu aos poucos Dictionarios, não aceitei as Prosodias de Bento Pereira, que as Religioens me offerecerão, com a mayor e mais prompta obediência da mesma sorte os Magistrados e médicos, reservando a sua entrega para o tempo em que houverem Dictionários.

Na segunda carta, escrita por Barreto ao dia seguinte, há uma descrição mais precisa dos livros didáticos que chegaram ao Porto de Salvador, nas três grandes caixas:

Aqui me apresentou Joaquim Ignacio da Cruz, Procurador do Thezoureiro da Directoria, 3 caixos de livros, hum dos quais fiz remetter para Pernambuco onde pertencia e outro para o Rio de Janeiro, donde já tenho avizo das suas entregas e no que ficou pertencendo a esta Cidade vierão 200 seletas, 100 Instrucções, com outros tantos Alvarás ajustando logo

as suas encadernações, a das selectas a 120 réis em pasta e as Instrucções como seus respectivos Alvarás a 320 reis, o que tudo executey com o arbitrio do Procurador do Thezoureiro, em observancia das ordens de V. Ex.^a

As Artes do Padre Antonio Pereira e de Antonio Felix Mendes, vierão remettidas estas a hum livreiro e aquellas aos Padres da Congregação do Oratorio, as quaes se tem vendido a 320 reis e não duvido que algumas por mayor preço; porém como V. Ex.^a me não deo comissão mais que para taxar os livros da Directoria, vou deixando correr as ditas Artes pelo dito preço, mayormente quando não julgo excessivo.

Os ditos Padres da Congregação do Oratorio, tambem tiverão algumas Artes das mayores e mais volumosas, as quaes venderão ao preço de 800 reis a varios curiozos e alguns Mestres, porque aos estudantes não consinto o uzo dellas, mas seguro que a V. Ex.^a que todos os Estudantes abraçarão o novo methodo com a mayor vontade e com a mesma entregarão os seus cartapacios e Artes, mas he indispensavel que V. Ex.^a faça remetter com brevidade os 2 tomos da Selecta, como também a Minerva de Sanches, as oraçoens selectas de Cicero Quintiliano, Tito Livio e o Dictionario latino e portuguez, porque na verdade necessitão muito.²

Dez anos depois da primeira remessa de livros, o governo português publicou o Alvará de 30 de setembro de 1770 que apresentou as novas disposições acerca dos usos dos livros didáticos a serem utilizados nas aulas régias em Portugal e nos seus territórios ultramarinos, incluindo, obviamente, a Bahia. O referido decreto instituiu novos procedimentos pedagógicos para assegurar o domínio da monarquia bragantina no ultramar, num momento em que o Império português foi arrebatado por dificuldades políticas e econômicas. Estes procedimentos pedagógicos foram fundamentados em duas publicações: a *Grammatica Portugueza* de Reis Lobato (1770) e no *Catecismo de Montpellier* (1770).

A Gramática Portuguesa de Reis Lobato foi impressa em 1770, tendo segunda tiragem em 1771. Teve mais de vinte edições portuguesas até 1850, inclusive com reedições impressas no Rio de Janeiro (1812) e Paris (1837).

O *Catecismo de Montpellier*, feito por diligência bispo francês Carlos Joaquim Colbert, traduzido da língua francesa para o português pelo Arcebispo de Évora, foi impresso na Officina de Miguel Menescal em 1765. Existe outra edição de 1768 e há também uma terceira da Imprensa Régia de Lisboa feita em 1770. Todas essas constam de três tomos em quatro volumes e não tem caráter didático. Foi impressa, não obstante, uma versão resumida do catecismo, em um pequeno volume, para uso nas aulas, que foi reimpresso na Bahia, pelas oficinas de Serva, em 1817 e 1822. Em 1830, foi reeditado por Vicente Ribeiro Moreira, na Typographia Nacional, da Bahia, mas deste não foi possível encontrar exemplar. O Catecismo “menor”, conforme ficou apelidado o resumo didático, passou a ser impresso por Manoel Antonio da Silva Serva, filho (1802-1846), na primeira metade dos anos de 1840, em tiragens quem alcançavam até 1000 exemplares. Isso indica o sucesso

do decreto pombalino de 1770, na medida em que os livros nele indicados continuaram ser utilizados já no 2. Império, mais de duas décadas após a Independência do Brasil.

No último quartel do século XVIII, o mercado de livros na Bahia estava bastante ativo. Os livros, contudo, precisavam ser trazidos de Portugal, para o que eram necessárias autorizações do governo. Assim, o negócio dos livreiros que intermediavam todas essas transações comerciais prosperou consideravelmente nas capitânicas ultramarinas. Naquele contexto um dos principais livreiros era o comerciante português Manoel Antonio da Silva Serva, estabelecido em Salvador desde cerca de 1788 ou 1789. Foi dele o primeiro catálogo de livros publicado no Brasil, em 1811, intitulado *Noticia do Catalogo de Livros, que se achão a venda em Casa de Manoel Antonio da Silva Serva na Rua de S. Pedro n.17 o qual por hum commodo preço, como abaixo declara, attendendo a demorar-se muito pouco tempo nesta Corte*. Por meio desse catálogo foi possível identificar os livros didáticos que Serva estava vendendo no Rio de Janeiro e na capitania da Bahia na primeira década do século XIX.

Quadro 1 - Livros Didáticos presentes *Catalogo de Livros, que se achão a venda em Casa de Manoel Antonio da Silva Serva na Rua de S. Pedro n.17 (1811)*

Nº / Preço em réis	NOTÍCIA DOS LIVROS (1811)	DADOS BIBLIOGRÁFICOS IDENTIFICADOS
1 / 360	Alfabeto com os principios de Doutrina Christã	<i>Novo alfabeto portuguez dividido por syllabas, com os primeiros elementos da doutrina christã, e o methodo de ouvir, e ajudar à missa</i> . Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira: vende-se na loge do livreiro José Gomes Martins, assim[a] de S. Pedro de Alcantara, 1785.168 p. ; 8º (15 cm)
2 / 640	Arithmetica, Algebra do P. Antonio Pereira 4.º	<i>Tratado de Arithmetica, & Algebra, em o qual com muyta claresa se explica tudo o que pertence a esta arte, e se descrevem as regras principaes da Geometria, & as proporções, que as distinguem, com a noticia dos pesos de ouro, & prata, & muytas questões curiosas, que se movem para sua intelligencia... oferecido senhor D. Filippe de Souza / Antonio Pereyra</i> . Lisboa: na Officina de Joseph Lopes Ferreyra, impressor da Serenissima Rainha N. Senhora, & á sua custa, 1713.[12], 395 p. ; 4º (21 cm)
3 / 1200	Arithmetica practica, e especulativa d'Araujo 8.º	<i>Arithmetica practica, e especulativa : oferecida ao Serenissimo Principe do Brazil, Nosso Senhor : para uso dos principiantes, que pertenderem [sic] frequentar as Aulas de Mathematicas, e Commercio / por Antonio Jacinto de Araujo, Professor de Escrita, e Arithmetica : tomo I</i> . Lisboa : na Officina de Lino da Silva Godinho, 1788.[5, 1 br.], 429, [1, 1 br.] p. : il. ; 4º (20 cm)
4 / 960	Analyze de Bezout, em grande 8.º	<i>Elementos de analisi mathematica / M. Bezout. Traduzido do francez</i> [por José Monteiro da Rocha, lente da Faculdade de Matemática]. Coimbra: Imp. na Off. da Universidade. 1774. (18 cm.) <i>Segunda edição correcta e acomodada para o uso das Escolas de Matemática da Universidade</i> . Coimbra: Real Imp. da Universidade, 1793. 2 v. (18 cm). O exemplar oferecido por Serva deve ser a primeira edição em 1 vol.
5 / 480	Alfabeto para a Instrução da mocidade 8.º	<i>Alfabeto portuguez, exposto por hum methodo novo e facil para uso das primeiras escolas: primeira parte / José Luiz de Sousa Monteiro</i> . Porto: Off. de António Alvares Ribeiro, 1797. 35 p. (17 cm)
6 / 1280	Compendio de Rethorica 4.	<i>Compendio da rhetorica portugueza / Antonio Teixeira de Magalhães</i> . Porto : Offi. que foi de Antonio Alvares Ribeiro Guimarães, 1782.

Nº / Preço em réis	NOTÍCIA DOS LIVROS (1811)	DADOS BIBLIOGRÁFICOS IDENTIFICADOS
7 / 400	Catecismo de Montpellier o Resumo 8.	<i>Catecismos da Diocese de Montpellier impressos por ordem do Bispo Carlos Joaquim Colbert.</i> Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1770. 171-[1] p. (16 cm).
8 / 60	Collecção de Cartas para meninos 8.	Segunda collecção de cartas para aprenderem a ler os meninos e meninas. Lisboa: Imp. Régia, 1810. 16. p A primeira e segunda coleções foram refundidas em: <i>Nova collecção de cartas de syllabas para aprender a ler.</i> Primeira parte[-Segunda parte]. Lisboa: Nova Imp. da Viuva Neves e Filhos, 1814. A Tipografia de Serva imprimiu essas cartas em 1819.
9 / 50	Cadernos para Meninos, de somar, diminuir, e multiplicar	Não identificado
10 / 640	Escola fundamental 8.	<i>Escola fundamental, ou methodo facil para aprender a ler, escrever, e contar, com os primeiros elementos da doutrina Christã; util á mocidade, que deseja plenamente instruir-se.</i> Lisboa: Na Typografia Rollandiana, com licença da Real Meza Censoria, 1787. 224 p. <i>Escola fundamental, ou methodo facil para aprender a ler, escrever e contar: com os primeiros elementos da doutrina christã, por um professor.</i> 2a ed. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1800.; 3a ed. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1807.
11 / 320	Elementos de Sintaxe 8.	<i>Elementos da syntaxe latina regular</i> / João de Matha Regis Laurentino. Lisboa : Off. João António da Silva, 1778. 1 v. ; 8º
12 / 640	Grammatica Latina 8.	<i>Grammatica latina tratada por um metodo novo, claro e facil. Para uzo daquellas pesoas, que querem aprendela brevemente e solidamente. Traduzida de francez em italiano: e de italiano em portuguez.</i> Barcelona: [s.n.], 1758.LIV, 274 p. ; 4o (20 cm) O local de impressão é falso e o anônimo autor foi identificado por Inocêncio Francisco como Luis Antonio Verney (Vol. 5, 1860, p. 255) <i>Terceira edição mais emendada.</i> Lisboa: na regia Officina Typografica 1775 [4], LXVIII, 316 p. ; 4o(20 cm) <i>Grammatica latina tratada por hum methodo novo, claro, e facil...</i> / Luiz Antonio Verney. 4a impr. mais emendada. Lisboa: na Regia Off. Typ., 1785.LXVIII, 316 p. ; 20 cm <i>Grammatica latina, tatrada por hum methodo novo e fácil...</i> / Luiz António Verney. 5a impressão. Lisboa: Regia Offi. Typ., 1790. 8.º Essa deve ser a edição que a Serva disponibilizava na Bahia, por ter o mesmo corte da descrição do Catálogo.
13 / 320	Grammatica Portuguesa 8.	<i>Arte da grammatica portugueza: ordenada em methodo breve, facil e claro</i> / Pedro José de Figueiredo. Lisboa: Regia, 1799. 2a ed. Lisboa: 1804; 3a ed. Lisboa : Imp. Régia, 1811.
14 / 640	Instrucção da Rethorica 8.	<i>Instrucçoens para os professores de grammatica latina, grega, hebraica, e de rhetorica / ordenadas, e mandadas publicar por El-Rey Nosso Senhor para uso das escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus dominios.</i> Lisboa: Na Offic. de Miguel Rodrigues, 1759.
15 / 480	Instrucção Literaria B. 8.	Não identificado
16 / 640	Methodo de Con- tar 8.	Não identificado
17 / 800	Novo Methodo do P. Antonio Pereira 8.	<i>Novo methodo de grammatica latina: para uso das Escolas da Congregação do Oratorio na Real Casa de N. Senhora das Necessidades, ordenado e composto pela mesma congregação</i> / Pe. António Pereira de Figueiredo. 1a ed. . Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues Impressor do Emin. Senh. Card. Patriarca, 1752. CVII, 319 p. ; (16 cm). Pude encontrar outra edição de 1753, pelo mesmo impressor; além de edições de 1756, 1759, 1760, 1765, 1779, 1780, 1783, 1788, 1795, 1797, 1803, 1805, 1806 e 1811.
18 / 80	Primeira collecção de Cartas para Meninos B. 8.	Primeira collecção de cartas para os meninos e meninas aprenderem a ler. Lisboa: s/d . 16 p.
19 / 60	Taboada para meninos	<i>Taboada de quadros dos numeros naturaes, publicadas com a protecção da Academia Real das Sciencias de Lisboa</i> / por João Pedro Ferreira Cangalhas. Lisboa: na Officina da mesma Academia, 1795. [2], 80 p. : il., tabelas ; 4o (21 cm)

FONTE: Silva Serva, Manuel Antonio da, *Noticia do Catalogo de Livros, que se achão a venda em Casa de Manoel Antonio da Silva Serva na Rua de S. Pedro n.17 o qual por hum commodo preço, como abaixo declara, attendendo a demorar-se muito pouco tempo nesta Corte*, Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1811.

A partir da *Notícia do Catálogo* de Manoel Antonio da Silva Serva foi possível identificar dezenove manuais escolares vendidos em Salvador e, por meio deles, inferir algumas observações. O que de imediato se percebe é que todos esses compêndios foram impressos em Portugal. Não há registro de livros didáticos impressos em outros países, ou idiomas que não o português. Percebe-se também a oferta de manuais escolares que desde o último quartel do século XVIII poderiam ser considerados ultrapassados. Em 1811, Serva oferecia para venda o *Tratado de Arithmetica, & Algebra*, do Padre Antonio Pereira, impresso em 1713, quase um século antes. O *Catecismo de Montpellier*, conforme as determinações do Alvará de 1770, na sua versão resumida, também estava disponível para venda.

Notável naquele conjunto são os *Elementos de Análise de Bezout*, na sua primeira edição de 1773, traduzida em português por José Monteiro da Rocha. A obra contém muitos aditamentos do tradutor, a exemplo de um método diferente para extrair a raiz cúbica dos números, que ficou conhecido como Método Monteiro. O matemático José Anastácio da Cunha, acusado e preso pelo Santo Ofício, reclamava a autoria do método, afirmando que Monteiro lhe roubara. Monteiro nasceu em Canavezes, Portugal, em 1734, sendo levado ainda na infância para a Bahia onde estudou no colégio dos jesuítas, professando naquela congregação. Segundo Inocêncio da Silva, por ocasião da expulsão dos religiosos em 1759, Monteiro “preferira abandonar os seus consócios, deixando se ficar na mesma cidade [do Salvador], onde o governador que então era o encarregado da educação de seus filhos. Outros pretendem que, tendo entrado na ordem em Portugal, só depois da expulsão dela fosse parar á Bahia, d’onde voltou para o reino ao fim de alguns anos”. Durante a reforma da Universidade de Coimbra, o Marquês de Pombal o convocara, apesar de sua antiga relação com os jesuítas, e lhe incumbiu de organizar e redigir a parte dos Estatutos da Universidade relativa às Ciências Naturais e a Matemática.

No geral, na primeira década do século XIX, os livros didáticos disponíveis na Bahia refletiam estritamente o projeto político, e pedagógico, encabeçado pelo Mar-

quês de Pombal desde 1759. Essa situação, contudo, mudaria em relação ao uso da língua inglesa e francesa, que foram integradas ao ensino na última década do período colônia (Oliveira, 2006). A Abertura dos Portos, em 1808, facilitou entrada no Brasil de livros didáticos impressos fora de Portugal, especialmente livros da Inglaterra, cujo governo era então aliado político da monarquia portuguesa, bem como da França, por meio de conexões comerciais do empresário Manoel Antonio da Silva Serva. A livraria de Serva, por exemplo, comercializou a *Nova Grammatica Ingleza e Potugueza*, do baiano Manoel José de Freitas, ou Manoel de Freitas Brasileiro (Magalhães, 2013). A gramática impressa em Liverpool em 1812, com esmerado apuro tipográfico foi elogiada por Hipólito José da Costa.³ Seus exemplares foram remetidos para a Bahia e em meados de abril de 1813 já estavam disponíveis para venda na loja da Gazeta que pertencia a Silva Serva. Um anúncio na Idade d’Ouro revela que “Na Loja da Gazeta, se acha, vinda de Londres, a nova Grammatica Ingleza, e Portugueza, dedicada á felicidade; e augmento da Nação Portugueza; Seleta dos melhores Authores; composta pelo Portuguez Manoel de Freitas, Brasileiro. Preço 2000 réis”.⁴ Seis anos depois de publicado ainda era possível encontrar exemplares na loja do livreiro José Paulo Franco e Lima, também em Salvador, que o revendia ainda mais caro, por 2\$560 réis.⁵

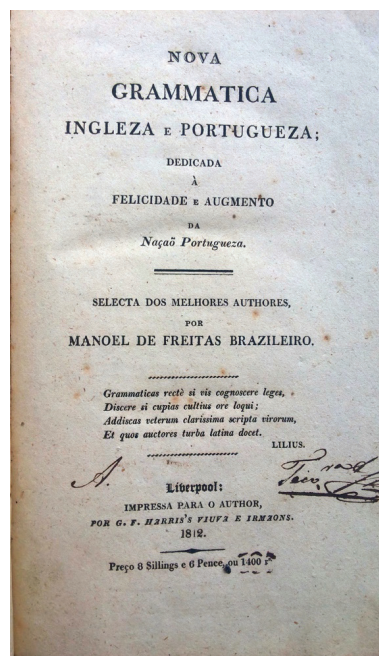


Fig. 1: Exemplar da Coleção do Autor

A *Nova Grammatica* era tanto um livro didático quanto um instrumento político explícito, mas não orientando pela política portuguesa. De certa forma, a gramática de Manoel José de Freitas divulgou na Bahia textos de autores ligados à maçonaria inglesa, que à época estavam se infiltrando na Bahia e em Pernambuco. Não é a toa que Hipólito da Costa lhe rendeu o elogio. Também estão reproduzidos trechos de livros de autores ligados ao protestantismo e ao jansenismo, além do liberalismo. Nos anexos da *Nova Grammatica Portuguesa e Inglesa* foi publicado um tópico intitulado *Questions & answers upon Grammar*, que foi extraído da obra *A Short System of Polite Learning*, de Daniel Jaudon. O tópico *Upon Geography* também foi extraído de Jaudon, mas com algumas modificações no texto. Já o tópico *Solid glory and real greatness*; foi extraído de *The method of teaching and studying the belles lettres*, do historiador e educador jansenista Charles Rollin. Manoel de Freitas traduziu um trecho de *The Travels of Cyrus* de Andrew Michael Ramsay, intitulado *True Politeness*; Os tópicos *The Advantages of Reading and Writing e Prudence* foram extraídos de Isaac Watts, autor de *The improvement of the mind*, obra fundamentada nos pro-
vérbios de Salomão.

O conceito apresentado por Manoel Brasileiro em *Justice*; Justiça, ou Rectidão foi retirado da obra, *Thoughts Moral and Divine* do influente pedreiro-livre inglês Wellins Calcott (1726-após 1779). Há ainda uma tradução para o português de um trecho das *Viagens de Rolando* (1799) de Louis François Jauffret, que fora traduzido da língua francesa para a inglesa em 1808. Manoel de Freitas incluiu ainda o texto *Dinheiro, suas formas e especies, seguido de uma Lista de diferentes especies de moedas de diversos Reynos; seus nomes e valores, reaes ou verdadeiros, e imaginarios ou nominaes*. O original desse artigo foi publicado em Londres no ano de 1808, na *The Tradesman; or, Commercial magazine*, com o objetivo de facilitar acordos comerciais por meio de uma tabela de conversão monetária internacional. É curioso que a seleção de textos e autores feita por Manoel de Freitas foi reproduzida *ipsis litteris* pelo educador Alexander Melville Bell (1819-1905), pai de Alexander Graham Bell, no livro *Letters and Sounds* (1858), indicando que ele mesmo consultou o livro do

gramático baiano. Isso demonstra, também, o alcance da *Nova Grammatica Inglesa, e Portuguesa* mesmo entre os intelectuais anglo-saxões ao longo do século XIX. O livro de Manoel Brasileiro teve segunda edição na Imprensa Régia do Rio de Janeiro em 1820, mantendo apenas seus elementos didáticos e suprimindo o apêndice literário e político.

Durante o governo de d. Marcos de Noronha, 8.º Conde dos Arcos (1810-1816), a Bahia experimentou com mais vigor os influxos da vinda da família real para a América portuguesa e o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro. Naquele contexto, uma das mais significativas conquistas foi o estabelecimento, da Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva, que possibilitou, dentre outras publicações, a impressão local de livros didáticos, facilitando o acesso a eles por meio de preços mais razoáveis, visto que evitava a burocracia da importação de livros e já não precisava agregar o valor adicional do transporte pelo Atlântico. É razoável considerar que pode ter facilitado também a difusão dos manuais escolares nas vilas interioranas.

OS LIVROS DIDÁTICOS IMPRESSOS NA CAPITANIA DA BAHIA (1811-1821)

Manoel Antonio da Silva Serva já é reconhecido pelos historiadores por ser o fundador da imprensa na Capitania da Bahia, bem como o editor do seu primeiro jornal, o *Idade d'Ouro do Brazil* (1811-1823). O que se ignora, até o presente, é que Silva Serva também foi o pioneiro na impressão de livros didáticos na referida capitania. Entre 13 de maio de 1811, quando foi criada a *Typographia* de Manoel Antonio da Silva Serva, e 1822, ano em que eclodiu a Guerra de Independência, era a única oficina tipográfica existente na Bahia. Com a morte do empresário português em 1819, sua viúva, dona Maria Rosa da Conceição Serva, continuou os negócios junto com seu genro, mudando o nome da empresa para *Typographia da Viúva Serva, e Carvalho*.

Não é por acaso que a História desconheceu o pioneirismo da Serva na produção de livros didáticos no Brasil. Quase não restaram exemplares dos primeiros compêndios didáticos baianos e existe uma grande dificuldade

para encontrá-los em bibliotecas e coleções particulares. Os bibliófilos brasileiros nunca se preocuparam em colecionar livros didáticos. São geralmente livros de pequeno tamanho, em papel de baixa qualidade e impressos sem maiores cuidados. Não eram livros feitos para durar muitos anos. Deve-se considerar que eram manuseados por crianças de até seis ou sete anos, o que não era muito saudável para a sobrevivência de livros dessa natureza. Por isso, restaram muitos poucos.

Para piorar, há poucas notícias acerca do ensino público na Bahia, apesar de ser possível identificar os docentes que atuaram na capitania, tanto nas aulas régias quanto nas escolas particulares. Na cidade do Salvador, em 1811, havia apenas um colégio particular, denominado Boa Sorte, estabelecido junto ao Passeio Público, contando com 39 porcionistas e dirigido por José Antonio Lopes, que também ministrava as aulas de francês, História, geografia e tradução inglesa. Antonio Espinola da Veiga era o professor de latim e mitologia, Antonio Gordon Aberdeen ministrava pronúncia inglesa e aritmética, cabendo, por fim, a Genuíno Barboza Betamio ensinar as primeiras letras (Almanach, 1811, p. 240 e 241). A exiguidade de notícias e registros escolares para todo o período colonial não permite precisar os livros que os docentes utilizavam no cotidiano das salas de aula. Resgatar e identificar os exemplares comercializados e impressos é, deste modo, fundamental para estabelecer uma História dos livros didáticos e das práticas de ensino na Bahia.

No mesmo ano em que foi inaugurada, a Tipografia de Serva a começou a produzir livros didáticos para atender à demanda dos colégios existentes em Salvador e no interior da capitania. Ao tempo em que o Colégio Boa Sorte ministrava aulas de francês, não é mera coincidência que o primeiro manual didático impresso pela Serva tenha sido os *Princípios Geraes ou Verdadeiro Methodo Para se aprender a lêr, e a pronunciar com propriedade a Lingua Franceza*, folheto anônimo com 22 páginas. Apesar do anonimato, é notório que seu autor foi Diogo Soares da Silva e Bivar, então acusado de inconfidência em Portugal e preso desde 1810 no Forte de São Pedro, em Salvador.⁶ Bivar (6 de fevereiro de 1785 - Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1865) foi

um dos mais atuantes intelectuais nos primeiros tempos da imprensa bahiense, colaborando com o padre Ignacio José de Macedo na redação de a Idade d'Ouro do Brazil. Além disso, Bivar tomou parte na redação da revista *As Variedades*, considerada a primeira revista do Brasil, publicada em 1812. Foi também o autor do *Almanaque da Bahia para 1812*, o primeiro do gênero que se imprimiu no Brasil (1811). Bivar ousou, numa época em que francesia e jacobinismo eram sinônimos na Bahia, publicar seu pequeno compêndio gramatical francês, tão bem recebido que o livreiro francês Roland, radicado em Lisboa, imprimiu a segunda edição na capital portuguesa em 1820, com 32 páginas, também anonimamente.

Em relação à gramática portuguesa, na Bahia, as determinações pombalinas foram aplicadas no que toca ao uso da gramática de Reis Lobato. É possível afirmar que, entre 1770 e 1810, a obra de Lobato teria circulado razoavelmente nas mãos de estudantes naquela capitania, nas suas muitas edições impressas em Lisboa e, até mesmo, em cópias manuscritas. No Arquivo Público do Estado da Bahia existe uma cópia de trechos da gramática de Lobato em cadernos que pertenceram ao conspirador Luís Gonzaga das Virgens e Veiga (1761-1799), apreendidos pelas autoridades portuguesas na devassa de 1798 (Autos, 1998, p. 195-198). Na Bahia, a hegemonia da gramática de Lobato no ensino da língua portuguesa só perdurou até 1811.

A partir do seu primeiro ano de funcionamento, ainda em 1811, a Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva inundou o mercado de livros da Bahia com uma edição local da *Arte da Grammatica Portugueza Ordenada em Methodo Breve, Facil e Claro*, a primeira gramática portuguesa que se imprimiu no Brasil. Em 2008 foi possível encontrar um exemplar da gramática, mas datada de 1811 (Magalhães, 2009). A *Arte da Grammatica Portugueza Ordenada em Methodo Breve, Facil e Claro* foi escrita por Pedro José de Figueiredo e impressa pela primeira vez em Lisboa no ano de 1799 pela Regia Officina Typographica, teve segunda edição em 1804 e a terceira em 1811. A edição bahiense foi publicada, também, em 1811 e está assinalada como a terceira impressão, «Mais correta, e accrescentada.

Para uso do Real Collegio dos Nobres». Assim, pode-se afirmar que o editor da *Arte da Grammatica* na Bahia não tivera conhecimento da terceira edição lisboeta, pois foram impressas simultaneamente, naquele mesmo ano. O referido livro, por suas dimensões, pode ser considerado como uma realização significativa para os prelos de uma nascente tipografia colonial. A edição bahiense foi publicada in-8º, com 140 páginas e mais sete sem numeração, contendo o sumário analítico da obra. O frontispício não traz o nome de Pedro José de Figueiredo, que aparece somente ao fim da dedicatória. No fim do frontispício existe a afirmação de que o livro foi impresso «Com as licenças necessárias», enquanto a edição lisboeta de 1811 só traz «Com licença».

Essa, contudo, não é a principal diferença entre a terceira edição lisboeta e a «terceira impressão» bahiense. O editor da gramática incluiu na edição bahiense um capítulo da *Arte da Grammatica* de Antonio dos Reis Lobato (1770), compreendendo as páginas 135 a 140, referentes às figuras da dicção «cujo conhecimento não é menos interessante, que necessário, a mocidade que se applica ao estudo da Arte da Grammatica da língua materna». Por isto o título afirma que a gramática de Figueiredo teve acréscimos, que não foram feitos pelo autor, mas pelo editor, extraídos da obra do bacharel Reis Lobato. Desta maneira, o editor cumpriu, pelo menos em parte, as disposições do alvará pombalino de 30 de setembro de 1770 que ordenava que a gramática utilizada na educação da mocidade portuguesa no ultramar deveria ser a de Antonio dos Reis Lobato, publicada também pela Impressão Régia do Rio de Janeiro em 1812.

A *Arte da Grammatica* de Figueiredo era lucro certo para a Serva, por conta da constante demanda de crianças para serem alfabetizadas na língua portuguesa. A Gramática de Figueiredo era mais simples e de fácil assimilação pelos jovens estudantes. Inocêncio Francisco da Silva foi um admirador confesso da obra de Figueiredo e do autor, «cuja probidade e inteireza passaram como proverbiais a todos os contemporâneos que o viram e conheceram». Figueiredo nasceu em Lisboa a 29 de junho de 1762, filho do cirurgião da Câmara da Rainha Caetano José de Figueiredo e de D. Gertrudes Margarida de Figueiredo. Em Lisboa cursou os estudos

de humanidades, aprendendo a gramática latina no Colégio Irlandês de São Patrício, a língua grega com o professor régio José.

Em 1828 o presbítero secular Luiz Duarte Villela da Silva, amigo de Pedro José de Figueiredo, afirmou que a tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva imprimiu a *Arte da Grammatica* sem a autorização do seu autor (Silva, 1878, p. 56). Isto caracteriza essa edição como clandestina, como outras feitas por Silva Serva, que não respeitava os privilégios de publicação da Impressão Régia, tanto de Lisboa quanto do Rio de Janeiro.

A *Arte da Grammatica* impressa na Bahia em 1811 foi por anos uma «edição fantasma». Os exemplares da Grammatica de Figueiredo são tão raros que o principal estudioso da bibliografia luso-brasileira, Inocêncio Francisco da Silva, em 1862, confessou que havia uma edição feita na Bahia «a qual não pude ver» (Silva, 1859, v. 6, p. 417). Não há qualquer exemplar nas bibliotecas baianas ou na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro com a data de 1811.

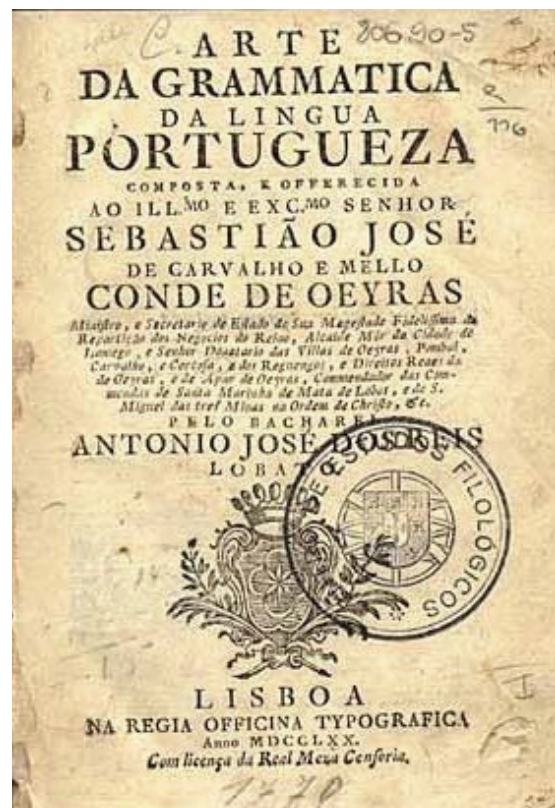


Fig. 2: Exemplar da Biblioteca do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

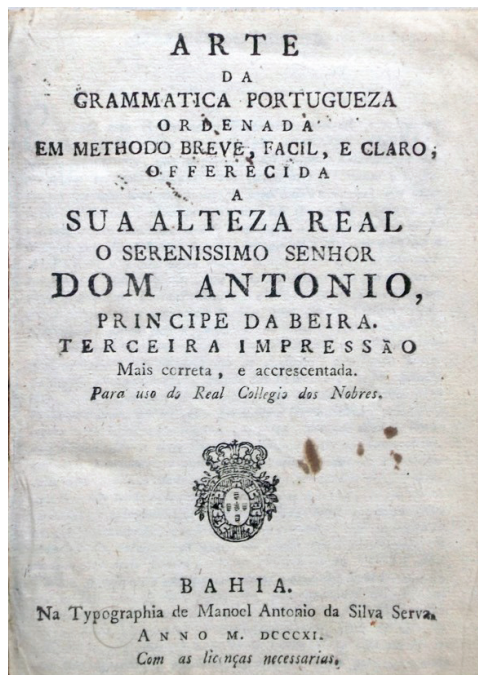


Fig 3.: Centro de Linguística da U. de Lisboa e exemplar da Coleção do Autor

O único registro que pude encontrar foi feito pelo Barão Charles de Martens, que publicou no *Guide Diplomatique* uma lista de *Dictionnaires et Grammaires des Langues Modernes*, na qual assinala a existência do livro de “Pedro José de Figueiredo, *Arte da grammatica portugueza*. Bahia, 1811. In-8” (Martens, 1832, Vol. 1, p.453). Descrição idêntica à do único exemplar conhecido. É quase um milagre que esse livro tenha sobrevivido até os dias de hoje. Livros didáticos usados na colônia são raros e uma das razões é que, simplesmente, as gramáticas portuguesas eram usadas por crianças que cursavam as primeiras letras, tendo em média sete anos. No fim do período letivo ou da vida escolar a maioria dos livros usados era descartada.

A *Arte da Grammatica* de Figueiredo aparece, no presente, como a primeira publicação bahiense que conta com mais de 100 páginas, constituindo-se na primeira gramática impressa no Brasil. O significado desta publicação é mais abrangente, visto ser a primeira gramática portuguesa impressa por um autor português fora da Europa, no Império Ultramarino.

O lexicógrafo oitocentista alemão Severin Vater se referiu a uma *Arte da Grammatica* publicada na Bahia e datado de 1812: «(de Figueiredo, P. J.), *Arte da gramma-*

tica Portugueza. 8. Bahia, 1812» (Vater, 1847, p. 293). Não encontramos exemplar com a referida data, mas é possível que tivessem sido produzidos exemplares continuamente, mudando apenas a data, entre 1811 e 1817.

Em oposição às gramáticas que a precederam, que seguem a tradição greco-latina na classificação das *partes orationis*, a *Arte da Grammatica* de Pedro José de Figueiredo identifica apenas quatro partes da oração (artigo, nome, verbo e partícula) e aproxima-se mais dos gramáticos que, de acordo com uma concepção racionalista da língua, distinguem apenas três partes da oração (nome, verbo e partícula), seguindo a tradição aristotélica e a Minerva de Brocense (1587), «mas apresentando uma atitude crítica e até mesmo distanciadora da tradição». Os critérios utilizados por estes gramáticos nas definições das diferentes classes de palavras são morfológicos, sintáticos e semânticos.

Em 1820, um ano após o fundador da imprensa na Bahia falecer no Rio de Janeiro, a Tipografia da Viúva Serva e Carvalho publicou a *Orthographia ou Arte de Escrever e Pronunciar com Acerto a Lingua Portugueza* ficou sob padre jesuíta João de Moraes Madureira Feijó (Freguezia de S. Gens de Parada, 21 de Março de 1688 - 29 de Outubro de 1741), bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra e prior na vila de Ançã (Silva, 1859, Vol. 3, p. 422). A Ortografia de Feijó, como ficou conhecida foi impressa pela primeira vez em Lisboa (1734) e pela segunda em Coimbra (1739). As edições multiplicaram-se ao longo dos séculos XVIII e XIX, consolidando-o como o método ortográfico mais usado em Portugal, à despeito das muitas críticas que recebera, inclusive do Verney. Da edição feita na Viúva Serva restaram apenas dois exemplares, na Biblioteca Nacional e na Biblioteca da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Ainda seguindo as disposições pombalinas do Alvará de 30 de setembro de 1770 a Tipografia de Serva imprimiu, em 1817, o resumo do *Catecismo de Montpellier*. Existe um exemplar na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin sob Registro 002381540. Esse impresso foi anunciado na Idade d’Ouro do Brasil: “Na Loja da Gazeta, se vende o resumo do Cathecismo de Montpellier por 640, mais augmentado sete folhas dos de Lisboa, pela letra maior, Inglesa, e bom papel”⁷.

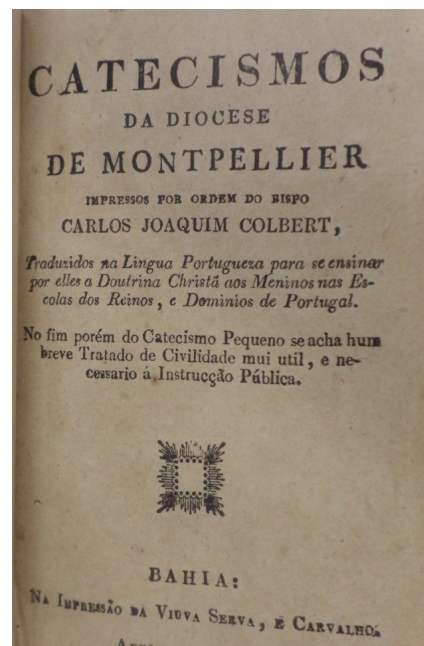
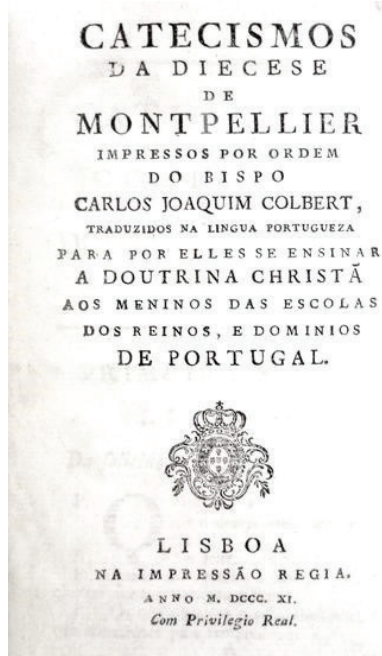
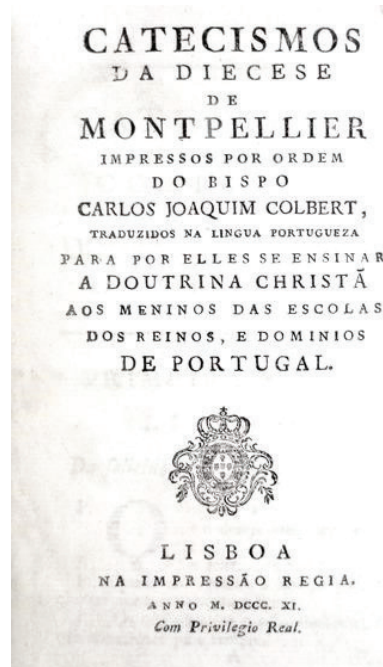
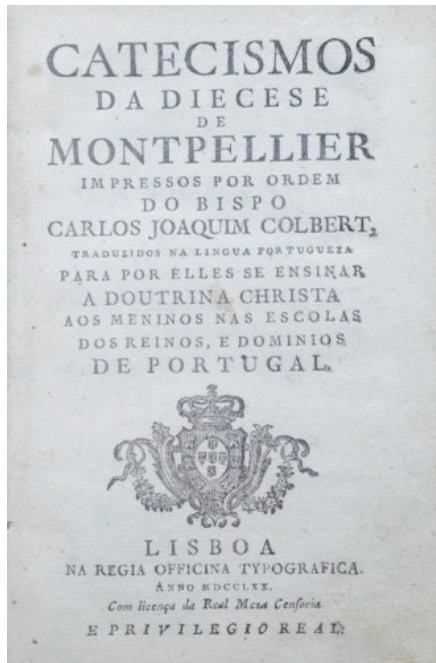


Fig. 4, 5, 6 e 7 : Exemplar da coleção do autor (1770), Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (1817), Livraria Castro e Silva (1811) e Universidade Federal da Bahia (1822)

A procura deve ter sido grande, pois em 1822 a Tipografia da Viúva Serva, e Carvalho fez outra edição do Catecismo, também na sua versão resumida, mas acrescida de uma breve “Instruções de Civilidade Para se educarem os Meninos nas Aulas de Primeiras Letras. Por Joseph Joaquim Bordalo.” José Joaquim Bordalo (Elvas, 1773 – Lisboa, 19 de abril de 1856), segundo

Inocêncio, IV, 383, foi professor de instrução primária em Lisboa, por longos anos.

Ainda em 1830 foi feita uma terceira edição do *Catecismo de Montpellier*, reeditada por diligência de Vicente Ribeiro Moreira, pela Typographia Imperial e Nacional, do qual não foi possível encontrar nenhum exemplar.

Quadro 2 - Livros Didáticos impressos na Tipografia de Serva (1811-1822)

Nº	Localização dos livros didáticos impressos na Bahia	Dados bibliográficos identificados
1	Colecção particular del autor	ARTE // DA // GRAMMATICA PORTUGUEZA // ORDENADA // EM METHODO BREVE, FACIL, E CLARO, // OFFERECIDA // A // SUA ALTEZA REAL // O SERENISSIMO SENHOR // DOM ANTONIO, // PRINCIPE DA BEIRA. // TERCEIRA IMPRESSÃO // Mais correta, e acrescentada // para uso do Real Collegio dos Nobres. // [Armas de Portugal] // BAHIA. // Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva. // ANNO M. DCCCXI. // Com as licenças necessárias 140 p. + 7 inumeradas, com: Indice Geral ou Summario Analytico.
2	Biblioteca da UFRB (Cachoeira, Bahia): 09:801.5=40(f) BIV The Oliveira Lima Library. (Washington, D.C.) 24,269 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: OR037,004,028/MFN53553	PRINCIPIOS // GERAES // OU // VERDADEIRO METHODO // Para se aprender a lêr, e a pronunciar // com propriedade a Lingua Franceza. // Omnia breviora reddet ordo, & ratio, & modus. // Quintilianus Institut. Orator. lib. 12. c. 11 // [vinheta] // BAHIA: // 1811. // Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva. 22 p. : 15,3 x 9,8 cm.
3	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: OR004B,002,014/MFN19058	PHAEDRI // AUG. LIBERTI // FABULARUM AESOPIARUM // LIBRI V. // Ex recensione // PETRI BURMANNI // Cum Notis Selectioribus // [vinheta] // BAHIAE M.DCCCXII. // [fio] // Ex Typ. Emmanuel. Antonii Silva Serva. // Superiorum Permissu. xxvi, 135 p.
4	Biblioteca Guita e José Mindlin (São Paulo) 002381565	ESCOLA NOVA. // CHRISTÃ, // E POLITICA, // Na qual se ensinão os primeiros rudimentos, que // deve saber o Menino Christão, e se lhes dão re- // gras geraes para com facilidade, e em pouco // tempo aprender a ler, escrever, e contar. // ESCRITA // para uso de seus filhos. // POR D. LEONOR THOMASIA // DE SOUSA E SILVA. // E OFFERECIDA // AOS MENINOS DA ESCOLA // da cidade de Lisboa // [vinheta] // BAHIA: // na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva. // Anno de 1813 // Com as licenças necessárias. 299 p. : 15 x 10 cm D. Leonor Thomasia de Sousa e Silva, é pseudônimo de Francisco Luiz Ameno. A primeira edição é de 1756 e a segunda de 1813, ambas de Lisboa.
5	Nenhum exemplar identificado	Rudimentos Grammaticaes, Portuguezes e Latinos; ou Lição Proveitosa para as Escolas, e geralmente para todos da Nação.
6	Biblioteca Guita e José Mindlin 002381540	CATECISMOS // DA DIECESE // DE // MONTPELLIER, // IMPRESSOS POR ORDEM // DO BISPO // CARLOS JOAQUIM COLBERT, // TRADUZIDOS [sic] NA LINGUA PORTUGUEZA // PARA POR ELLES SE ENSINAR // A DOCTRINA CHRISTÃ // AOS MENINOS DAS ESCOLAS // DOS REINOS, E DOMINIOS // DE PORTUGAL. // [Vinheta] // BAHIA: // NA TYPOGRAPHIA DE MANOEL ANTONIO // DA SILVA SERVA. // ANNO M. DCCC. XVII. // Com as licenças necessárias. 302 p. : 14 x 9 cm
7	Biblioteca Guita e José Mindlin: 002381547 2 exemplares Biblioteca da UFRB: 1817 09:11 GEN Colecção particular do autor.	INSTITUTIONES // METAPHYSICAE // IN // USUM TIRONUM SCRIPTAE; // AUCTORE // ANTONIO GENUENSI // In Regiã Neapolitanã Studiorum Academiã. // Ethicae doctore // CURANTE // BENEDICTO JOSEPHO DE SOUSA // FARINHA, // Publico Philosophae Professore. // [vinheta] // BAHIAE: // TYPIS EMMANUELIS ANTONII SILVAE // SERVA. // ANNO MDCCCXVII. // Cum facultatibus necessariis. IX-304 p., III a IX com: Intitutions // Metaphysicae. // Prolegomena. 14 x 10 cm
8	Biblioteca Guita e José Mindlin: 002381550 Biblioteca da UFRB: 1817 09:17.0 JOB	EDUARDI JOB // SCHOL. PIAR. // INSTITUTIONES // PHILOSOPHIAE // PRACTICAE, // SIVE // PRINCIPIA ETHICAE UNIVERSALIS, // ATQUE SPECIALIS, // JURIS NATURAE, AO POLITICAE, // EDITIO PRIOR BRASILICA // [vinheta] // BAHIAE: // TYPIS EMMANUELIS ANTONII DA SILVA SERVA. // A. MDCCCXVII. // Cum facultatibus necessariis. 214 p. : 14,5 x 9,5 cm
9	BNPT 4 exemplares. Cotas L. 609 P. ; L. 610 P. ; L. 16693 P. ; L. 32622 P. (Lisboa)	ARTE // DA // GRAMMATICA PORTUGUEZA // ORDENADA // EM METHODO BREVE, FACIL, E CLARO, // OFFERECIDA // A // SUA ALTEZA REAL // O SERENISSIMO SENHOR // DOM ANTONIO, // PRINCIPE DA BEIRA. // TERCEIRA IMPRESSÃO // Mais correta, e acrescentada // para uso do Real Collegio dos Nobres. // [Armas de Portugal] // BAHIA. // Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva. // ANNO M. DCCCXVII. // Com as licenças necessárias.
10	Nenhum exemplar identificado	Colleção de Cartas para meninos aprenderem a ler , e escrever letra de mão
11	Biblioteca da UFRB: 1820 09:801.1=69 FEI; (Cachoeira) Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: III-92,2,28	ORTHOGRAPHIA, // OU // ARTE DE ESCREVER, // E // PRONUNCIAR COM ACERTO // A LINGUA PORTUGUEZA, // PARA USO // DO EXCELENTISSIMO // DUQUE DE LAFOENS: // PELO SEU MESTRE // JOÃO DE MORAES DE MADUREIRA FEIJÓ, // Presbytero do Habito de S. Pedro, Bacharel em Teologia, e Prégador. // DIVIDEM-SE EM TRES PARTES, // A primeira, de cada huma das letras, e da sua pronunção. Das vogaes, // e dithongos. Dos accentos, ou tons da pronunção. // A segunda, de como se dividem as palavras. Da pontuação, algumas ab- // breviaturas, conta dos Romanos, e Latinos, e Latinos, Calendas, Nonas, e Idos. // A terceira dos erros do vulgo, e emendas da Orthographia, no escrever, e // pronunciar toda a lingua Portugueza, verbos irregulares, palavras du- // bias, e as suas significações. Huma breve instrução para os // Mestres das Escólas. // Decima impressão mais correctã. // BAHIA, // NA TYPOGRAPHIA DA VIUVA SERVA, E CARVALHO. // ANNO 1820. // Com as licenças necessárias. 642 p. : 21 x 14, 7 cm.
12	UFBA. Obra Rara 23/28 C357 (CEB)	CATECISMOS // DA DIOCESE // DE MONTPELLIER // IMPRESSOS POR ORDEM DO BISPO // CARLOS JOAQUIM COLBERT, // Traduzidos na Lingua Portugueza para se ensinar // por elles a Doutrina Christã aos Meninos nas Es- // colas dos Reinos, e Dominios de Portugal. // No fim porém do Catecismo Pequeno se acha hum // breve Tratado de Civilidade mui util, ne- // cessario á Instrucção Pública. // [vinheta] // BAHIA: // NA IMPRESSÃO DA VIUVA SERVA, E CARVALHO. // ANNO DE MDCCCXXII. INSTRUÇÕES DE CIVILIDADE // Para se educarem os Meninos nas Aulas de // Primeiras Letras. // Por Joseph Joaquim Bordalo. 93 p. + 1-10 p. : 13 x 8 cm.

Fonte: Autoral

A lista acima está longe de ser completa. Outros compêndios didáticos podem ter sido impressos pela Serva sem que qualquer exemplar tenha sobrevivido até o presente. Os indícios estão nas cartas do governo para os censores, onde eram apresentados os manuscritos para análise do seu conteúdo. Não encontrando óbices, o texto era encaminhado para impressão. É conhecido, por exemplo, que a Tipografia de Serva imprimiu dois livros de filosofia de Eduard Job e Antonio Genovesi (ou Genuense) ambos em 1817, possivelmente por diligência de Ignacio José de Macedo, que desde o ano anterior ocupava o cargo de professor substituto dessa cadeira. As cartas para os censores indicam, contudo, que outros livros de filosofia podem ter sido impressos. Há, também, a *Demonstração de proposição 146 das instituições metafísicas de Genuense* e uma *Demonstração Explicativa Philosophica*.⁸ Não há, contudo, registros de livros de filosofia impressos na Serva entre 1819 e 1821.

O influxo da História, mais uma vez, incorreria sobre o método de ensino em Portugal e na conturbada América portuguesa, que pode ser definido como o principal ponto de ruptura entre o projeto pedagógico pombalino e o que, gradualmente, começou a ser implantado no Brasil a partir de 1825/1827. Em 1820, os métodos outorgados pelo ministério pombalino já estavam em vigor há seis décadas e não respondiam mais às necessidades daquela geração marcada por clamores constitucionais e fortemente influenciada pelas ideias pedagógicas vindas da Inglaterra. Na Bahia, foi enviada para a censura a 6 outubro de 1820 uma tradução de autoria de Eusébio Vanério, intitulada *Manual do Systema da Sociedade da Escola Britanica e Estrangeira de Londres*.⁹ O título completo do documento seria *Manual do Systema da Sociedade da Escola Britanica & Estrangeira de Londres: para ensinar lêr, escrever, arithmetica e trabalhos d'agula nas Escolas Elementares segundo o Methodo do Ensino Mutuo inventado por Mr.Lancaster*, cujo a primeira edição inglesa foi publicada por Joseph Lancaster quatro anos antes (Lancaster, 1816). Não encontramos exemplar impresso na Serva, mas foi possível encontrar o manuscrito no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que Vanério remeteu a D. João VI, em meados de 1819.¹⁰

Em torno de 1820 o sistema de ensino mútuo de Joseph Lancaster se expandiu no Império português. Em 1819 o ensino mútuo foi introduzido na ilha da Madeira pelo britânico Joseph Phelps e por Alexandre Luís da Cunha. Há notícia de que no Funchal, em 1821, foi escrito um *Breve Esboço do Sistema Britânico de Educação*.¹¹ O pioneirismo da implantação desse sistema na Bahia caberia, contudo, a Vanério, que era, segundo Sacramento Blake, natural da ilha da Madeira, mas fez sua carreira política na Bahia e em Sergipe. Em Salvador, foi diretor do Colégio Constituição à época em que submeteu à censura o manuscrito *Manual do Systema da Sociedade da Escola Britanica*. Na sessão de 7 de agosto de 1821 das Cortes Geraes, em Lisboa, “Euzébio Vanerio, Director do Collegio denominado Constituição em a cidade da Bahia, de uma traducção do inglez do systema da sociedade da Escola britanica e estrangeira de Londres, para ensinar a ler, escrever, arithmetica, e trabalhos de agulha nas escolas elementares, segundo o methodo do ensino mutuo, inventado por Lencastre”; “o que foi recebido com agrado, e se remetteu á Commissão de Instrucção publica”.

É possível que Vanério tenha remetido à Comissão de Instrução Pública das Cortes um exemplar impresso na Tipografia da Viúva Serva.¹² Localizar um exemplar seria importante para a História da Educação no Brasil. O *Manual do Systema da Sociedade da Escola Britanica* é o fim do projeto político-pedagógico pombalino no Brasil, já que o ensino mútuo seria gradualmente adotado a partir de 1825. Os livros didáticos instituídos pelo ministério pombalino ainda seriam, contudo, adotados até meados do Segundo Império (1840-1889).

Não havia padronização no uso dos livros didáticos e sua escolha dependia do professor, da disponibilidade dos exemplares ou de determinações governamentais. Esses três elementos permitiram que os livros didáticos indicados pela legislação pombalina, de 1770, continuassem amplamente utilizados nas escolas da Bahia e, possivelmente, em outras províncias do Brasil. Um decreto do presidente da província, Francisco de Sousa Paraíso, a 21 de janeiro de 1837, orientou os professores acerca dos livros que deveriam adotar para o ensino dos meninos:

Não sendo possível ao Governo marcar desde já, como desejara, compendios de sua aprovação, que dem com vantagem uma inteira uniformidade de doutrina ás Escolas Primarias, por isso que, em taes materias poucos são os Livros, no nosso Idioma, que supram os elementares de que carecemos, e esses mesmos mui raros por falta de edições; determina se aos Professores, em quanto não for de todo providenciada esta carencia, que para leitura de seos Alumnos, se sirvam de quaesquer das obras seguintes. - Escola Brasileira do Visconde de Cairú; Cartilha do mesmo Author; as traducções dos excellentes livrinhos intitulados, Simão de Nantua, e Bom Homem Ricardo; o Telemaco, tambem traduzido; o Feliz Independente do Padre Almeida; as Cartas do Padre Vieira; Proverbios de Salomão em vulgar, por Otoni; o **Catecismo de Montpellier, tanto o grande como o abreviado, e outro pequeno Catecismo dado á luz no Rio de Janeiro, e ultimamente reimpresso nesta Cidade.** E para melhor satisfazerem as outras matrias de seo ensino, se lhes recommenda que tenham, para consultarem, a Grammatica de Soares Barbosa, e **mesmo a de Lobato**, o Dicionario da Lingoa Portugueza de Moraes, onde acharão mais outra Grammatica, a Escola Popular, e os Principios do Desenho Linear extrahido de Francaeur por Hollanda Cavalcante (Paraíso, 1837, p. 4).

Temos a notícia, surpreendente, de que fora publicada entre 1843 e 1844, na última fase da Typographia de Serva, quando administrada por Manoel Antonio da Silva Serva, filho (1802-1846), um conjunto significativo de obras didáticas em diversas áreas do conhecimento. Consta nos dois anúncios divulgados no Correio Mercantil:

Achão se a reimprimir nos prelos da Typographia de Serva, as obras seguintes, por conta do abaixo assignado, as quaes brevemente sahirão a luz, mui bem impressas,

e em bom papel - *Arte de Compor, Grammatica Portugueza por Pedro José de Figueredo, Os Accidentes da Infancia contendo 29 interessantes e instructivos artigos, Collecção de Compendios para uso das Aulas de primeiras letras, contendo, Cathecismo da doutrina Christã, Elementos de Orthographia, e de Arithimetrico* (sic), *Regras de Civilidade, e Maximas Moraes, Primeiros conhecimentos para uso dos meninos, que começam a ler, contendo 66 artigos interessantísimos.* Estas obras são de um interesse extraordinario para uso da mocidade. O seo Editor não duvida contractar com os Srs. professores, e directores dos collegios a compra de porção de exemplares, que dará muito e muito em conta, pois estão a se imprimir 1.000 exemplares de cada uma dessas obras. [...]. Todas estas obras depois de promptas vender se hão bastante em conta a quem comprar porção. Na loja da Gazeta à Santa Barbara achar-se hão á venda, para cujo fim será annuciado. Manoel Antonio da Silva Serva¹³

Estão na lista a *Arte da Grammatica de Figueiredo*, o Catecismo de Montpellier e a Ortografia de Madureira, décadas após terem sido impressos pela primeira vez em Salvador. O catecismo teve amplo uso durante o Brasil imperial (ANJOS, 2016). Pode-se afirmar que a Independência não alterou os livros didáticos usados na Bahia no tempo em que era uma capitania administrada pelo governo português. Não foi possível encontrar exemplares de nenhum dos livros acima com datas de 1840, apesar de o editor afirmar que faria uma tiragem de mil exemplares, que é bastante significativa para a época.

Foi por meio dos livros didáticos que se legitimou e divulgou, ao longo de toda a Idade Moderna, os ideais e projetos políticos da Civilização Ocidental. O modelo pedagógico luso-brasilico foi emblemático no uso disso. Apesar de sua importância histórica e civilizatória, os compendios dádativos são desprezados por historiadores, bibliógrafos e, até mesmo, pelos bibliófilos. Talvez, a razão destes últimos resida na imensa dificul-

dade de se encontrar livros didáticos, particularmente no Brasil, permitindo organizar coleções de vulto, que possibilitem um estudo seriado e completo acerca desse assunto. Esse é um desafio aos historiadores da educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMANACH para a Cidade da Bahia** Anno 1812. Bahia: Na Typ. de Manoel Antonio da Silva Serva, [1811].
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O Catecismo de Montpellier e a educação da criança no Brasil Imperial. **Cadernos de Pesquisa** vol.46, n.162, São Paulo out./dez. 2016, pp. 1028-1048. <https://doi.org/10.1590/198053143725>
- AUTOS da Devassa da Conspiração dos Alfaiates**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo / Arquivo Público do Estado da Bahia, 1998. 2 v.
- BITTENCOURT, Circe M. F. . Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Revista Educação e Pesquisa**, 30(3), 475-491, 2004.
- BITTENCOURT, Circe M. F. . **Livro didático e saber escolar: 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CARDOSO, Tereza Maria Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol I: Séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva, 1978.
- CHARTIER, R. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, PT: Difel, 1990.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, 5(11), p. 173-191, 1991.
- CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, 30(3), p. 549-566, 2004.
- IGLESIAS MAGALHÃES, P. A. ; A Palavra e o Império: Manoel de Freitas Brasileiro e a Nova Grammatica Ingleza e Portuguesa. **Clio**. Série História do Nordeste (UFPE), v. 31.1, p. 8, 2013. www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/283
- IGLESIAS MAGALHÃES, P. A. ; A palavra e o Império: a propósito de uma Arte da Grammatica impressa na Bahia em 1811. **Anais de História de Além-Mar**, v. X, p. 231-250, 2009. [run.unl.pt/bitstream/10362/15891/1/AHAM%20X%20\(2009\).pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/15891/1/AHAM%20X%20(2009).pdf)
- IGLESIAS MAGALHÃES, P. A. ; A palavra e o império: a arte da lingua brasilica e a conquista do Maranhão. **Revista de Historia (USP)**, v. 0, p. 367-401, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i165p367-401>
- IGLESIAS MAGALHÃES, P. A.; COSTA, Alex Andrade. Los libros didáticos impresos en Tipografía de Serva (Bahía, 1811-1846): bibliografía e historia. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. e076, 2019. <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e076>
- IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA Marcelo de. Tipografia na Bahia. **Documentos sobre sua origem e o empresário Silva Serva**. Rio de Janeiro: ICI, 1977.
- LANCASTER, Joseph. **Manual of the System of the British and Foreign School Society of London**, for teaching, reading, writing, arithmetic, and needle-work, in the elementary schools. London: Printed for Longman and Co., Paternoster Row, 1816.
- MARTENS, Charles de. **Guide diplomatique, contenant un précis des droits et des devoirs**, des ministres publics, agens diplomatiques et consulaires, dans toute l'étendue des leus fonctions. Paris: Heideloff et Campé; Leipzig: F. A. Brockhaus, 1832, 2 vol.
- MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1979.
- MUNAKATA, K. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, 12(3), p. 178-197. 2012.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. **A instituição do ensino das línguas vivas no Brasil: o caso da língua inglesa (1809-1890)**. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. Odair Sass. São Paulo, 2006.
- PARAÍSO, Francisco de Sousa. **Regulamento**. Bahia: Typ. de G. J. Bizerra e C.^a, 1837.
- PINTO, Paula Alexandra Aguiar. **O Ensino Primário e seus valores em Portugal**, de 1807 até 1928, através dos manuais escolares. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 2009.
- ROCKWELL, Elsie. La lectura como práctica cultural: conceptos para el estudio de los libros escolares. **Educação e Pesquisa**, 27(1). p. 11-26, 2001, <https://doi.org/10.1590/S1517-97022001000100002>
- SERVA, Manuel Antonio da Silva. **Notícia do Catalogo de Livros**, que se achão a venda em Casa de Manoel Antonio da Silva Serva na Rua de S. Pedro n.17. Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1811.
- SILVA, Luiz Duarte Villela da. **Observações críticas sobre alguns artigos do ensaio estatístico do reino de Portugal e Algarves**. Lisboa: Impressão Régia, 1828.

SILVA, Inocêncio Francisco da. **Dicionário bibliographico portuguez**. Lisboa, Imprensa Nacional: 1859, 23 vols.

VATER, J. S. **Litteratur Der Grammatiken, Lexika Und Wörtersammlungen Aller Sprachen Der Erde**. Berlin, GER: Nicolaischen Buchhandlung, 1847.

NOTAS

- 1 AHU, Bahia Catálogo Castro Almeida, Caixa 25, Doc. 4824. Carta do desembargador Thomaz Roby de Barros Barreto, em que se refere à nova reforma do ensino e à execução na Capitania da Bahia dos respectivos Alvará e Instruções de 28 de julho de 1759. Bahia, 28 de março de 1760.
- 2 AHU, Bahia Catálogo Castro Almeida, Caixa 25, Doc. 4887. Carta do desembargador Thomaz Roby de Barros para o Director Geral dos Estudos D. Thomaz de Miranda. Bahia, 29 de março de 1760.
- 3 Correio Braziliense ou Armazem Literario. Vol IX. Londres: W. Lewis, julho de 1812. pp. 728 e 729.
- 4 Idade d'Ouro do Brazil, n. 30. Terça-feira, 13 de abril de 1813.
- 5 Idade D'Ouro do Brazil n. 103, Terça-feira 29 de dezembro de 1818.
- 6 AHU-Bahia, cx. 249, doc. 124 AHU_ACL_CU_005, Cx. 259, D. 18072. [ca. 1816] REQUERIMENTO de Diogo Soares da Silva Bivar, que fora preso no forte de São Pedro, na Bahia, e condenado ao degredo em Moçambique por traição contra o Estado no período da invasão francesa a Portugal.
- 7 Idade D'Ouro do Brazil, n. 47, Terça-feira, 17 de junho de 1817.
- 8 APEB. Colonial/Provincial. Cartas do Governo, maço 172-E (1819-1820), fl. 321v; maço 173 (1820-1821), fl. 36.
- 9 APEB. Colonial/Provincial. Cartas do Governo, maço 173 (1820-1821), fl. 67.
- 10 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Códice 807, vol.12, fls 234-332, Trata-se de uma cópia manuscrita do documento traduzido por Eusébio Vanério.
- 11 AHU, Madeira. Caixa 21. Doc. 702; Relatório dos Progressos da Escola Lancasteriana na Província da Madeira. Caixa 22. Doc. 7323. Breve Esboço do Sistema Britânico de Educação.
- 12 Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa: April 5, 1821-June 8. Lisboa: Imprensa Régia, 1821, p. 1099.
- 13 Correio Mercantil, n. 45, Anno X, Bahia, Sexta-feira, 24 de fevereiro de 1843, p. 3.

O AUTOR

Pablo Antonio Iglesias Magalhães é doutor em História Social pelo PPGH-UFBA (2010). Professor dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), onde leciona História do Brasil e História Ibérica. Vice-Diretor do Centro das Humanidades e Coordenador Interino do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFOB. pimagalhaes@yahoo.com.br <https://orcid.org/0000-0001-5590-3889>